



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

Data

Proposição

Medida Provisória nº 712/2016

Autor

Deputado ANDRÉ MOURA

Nº do prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 712, de 29 de janeiro de 2015, *verbis*:

“Art. No caso de recusa por parte do residente, domiciliado, proprietário, arrendatário, empregado ou responsável, de ingresso do agente público, regularmente designado e identificado, em imóveis públicos e particulares, quando se mostre essencial para a contenção das doenças, aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.”

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória em referência não prevê qualquer sanção no caso de recusa por parte do morador de agente público responsável pela fiscalização dos imóveis. Logo, devem ser aplicada as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, quando o cidadão obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PART
IDO

CD/16299.97054-12

174	Deputado ANDRÉ MOURA	SE	PSC
-----	----------------------	----	-----

DATA	ASSINATURA
03/02/2016	

